



JULIANA RIBEIRO GOULART

Prefácio

Irene Patrícia Diom Nohara

Apresentação

Ana Lucia Sabadell

CULTURA DE MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Uma leitura a partir da perspectiva de gênero

área específica da obra

Direito Administrativo.

áreas afins do livro

Direito Público. Sociologia. Teoria Geral do
Processo.

palavras-chave

Mediação na Administração Pública;
Autocomposição; Perspectiva de gênero;
Gênero; Cultura de Mediação.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 4016

Cultura de Mediação na Administração Pública: uma leitura a partir da perspectiva de gênero aborda a interseção entre a mediação como proposta cultural e as questões de gênero na Administração Pública. A obra analisa como as práticas administrativas são moldadas por dinâmicas de gênero e como essas práticas podem afetar a equidade dentro das instituições públicas e, por extensão, na sociedade. Com uma abordagem crítica e aprofundada, o livro revela as forças invisíveis que impactam a gestão pública, destacando a importância da inclusão de perspectivas de gênero para transformar as práticas administrativas e melhorar a eficácia das políticas públicas. Ideal para acadêmicos, gestores públicos e todos os interessados em uma gestão pública mais inclusiva e igualitária.

G694c Goulart, Juliana Ribeiro

Cultura de mediação na Administração Pública: uma leitura a partir da perspectiva de gênero / Juliana Ribeiro Goulart. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

217 p. 14,5x21,5cm
ISBN impresso 978-85-450-0838-5
ISBN digital 978-85-450-0831-6

1. Mediação na Administração Pública. 2. Autocomposição. 3. Perspectiva de gênero. 4. Gênero. 5. Cultura de mediação. I. Título.

CDD: 350
CDU: 35

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GOULART, Juliana Ribeiro. *Cultura de mediação na Administração Pública: uma leitura a partir da perspectiva de gênero*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 217 p. ISBN 978-85-450-0838-5.

Juliana Ribeiro Goulart

Doutora em Direito, Política e Sociedade (2023) e mestra em Teoria e História do Direito (2018) pela UFSC. Especialista em Direito Processual pelo UNICESUSC (2008). Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS (2003). Professora no Centro Universitário UNICESUSC. Advogada. Mediadora, com experiência na área da mediação na Administração Pública e mediação e gênero. Assistente Jurídica da PGE/SC.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Irene Patrícia Nohara	15
------------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Ana Lucia Sabadell	21
---------------------------------	----

INTRODUÇÃO

.....	25
-------	----

CAPÍTULO 1

MEDIAÇÃO PARA O TRATAMENTO DOS CONFLITOS QUANDO ENVOLVIDA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL.....

1.1	O papel da mediação na promoção da consensualidade e legitimidade democrática	29
1.1.1	Da unilateralidade à consensualidade na Administração Pública.....	39
1.1.2	Mediação para conferir maior legitimidade democrática: o protagonismo do cidadão e renovação das relações com o Poder Público	42
1.2	A evolução dos marcos de aplicação da autocomposição na Administração Pública	45
1.2.1	A Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Política Pública voltada ao Poder Judiciário.....	47
1.2.2	O marco legal da mediação: a Lei nº 13.140/2015 e a adoção do termo “autocomposição” no âmbito da Administração Pública	49
1.2.3	O Código de Processo Civil de 2015 e o incentivo à utilização dos meios consensuais aos operadores jurídicos e ao Estado.....	55
1.2.4	A alteração promovida na LINDB pela Lei nº 13.655/2018	58

CAPÍTULO 2

ASPECTOS RELEVANTES DA MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....

2.1	Desafios para a implementação da mediação na Administração Pública	63
2.1.1	A ausência de um conceito legal de mediação para o âmbito da Administração Pública	64
2.1.2	Implementação de estilos de mediação na Administração Pública	65
2.1.3	A diferença entre a mediação e a conciliação: a importância de sua distinção.....	68
2.1.4	O objeto da mediação na Administração Pública: esfera do inegociável e os direitos indisponíveis.....	71
2.1.5	Diretrizes ou “princípios” norteadores da mediação privada: aplicabilidade na Administração Pública	72
2.2	Sujeitos da mediação.....	74
2.2.1	A evolução do papel do cidadão perante o Poder Público: da submissão ao protagonismo limitado	75
2.2.2	Aplicação da mediação na Administração Pública para tratar conflitos entre agentes públicos.....	77
2.2.3	A predominância da escolha de mediadores na Administração Pública entre advogados públicos	78
2.3	Mediação judicial e a mediação nas câmaras administrativas	81
2.3.1	As câmaras administrativas de solução de conflitos: criação e submissão de conflitos	82
2.3.2	Desafios e críticas à utilização da técnica da mediação na Administração Pública	83
2.3.3	Ferramentas de apoio para mediadores.....	84

CAPÍTULO 3

A MEDIAÇÃO ENQUANTO FORMA DE CULTURA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3.1	A mediação como a superação da cultura jurídica contenciosa paternalista	88
3.1.1	A cultura do litígio e o juiz como centro das relações: a preferência pela decisão judicial.....	91
3.1.2	A mediação como fórmula <i>fast food</i> para a superação da cultura jurídica contenciosa paternalista	96
3.1.3	O senso comum teórico dos juristas: mediação para além do imaginário do Direito enquanto técnica.....	98
3.1.4	Ainda o senso comum teórico dos juristas: desafios na abordagem de questões de Gênero no Direito	100
3.2	A mediação como proposta cultural: novos modos de viver e de conviver com a diferença no poder público	104
3.2.1	O conflito como oportunidade de criar o novo e os possíveis sentidos da palavra “mediação”	106
3.3	A formação de uma atitude mediadora para pautar as relações com o poder público: o encontro entre a mediação e o direito administrativo.....	109
3.3.1	Cultura da mediação na Administração pública: sintonizando os canais de escuta.....	115
3.3.2	A aplicação da cultura da mediação na Administração Pública para firmar o espaço das mulheres no exercício	

da função pública	118
3.3.3 Aplicação da cultura da mediação para uma renovação qualitativa da Administração Pública	121

CAPÍTULO 4

A PROMOÇÃO DA CULTURA DA MEDIAÇÃO PARA A REVISÃO DAS RELAÇÕES INTERNAS ESTATAIS LIGADAS ÀS GESTANTES E LACTANTES NO SERVIÇO PÚBLICO	125
4.1 Igualdade de gênero e a necessária construção de práticas sociais de apoio para a emancipação das mulheres gestantes e lactantes no serviço público.....	125
4.1.1 Igualdade de gênero e o empoderamento das servidoras gestantes e lactantes e a proposta ODS nº 5 da Agenda 2030 da ONU.....	134
4.1.2 Reconhecimento da tarefa do cuidado e da necessidade de práticas de apoio efetivas às agentes públicas gestantes e lactantes no serviço público.....	138
4.2 Algumas experiências do poder público nas questões relativas a práticas de apoio (ou falta dele) às gestantes e lactantes no serviço público.....	141
4.2.1 Experiências do poder público sem perspectiva de gênero: da negativa Administrativa à luta pelos Direitos	142
4.2.2 Experiências do poder público com perspectiva de gênero.....	147
4.3 A necessária atitude mediadora a ser incentivada pela cultura de mediação.....	150
4.3.1 Repensando as relações internas do Poder Público: contribuições da cultura de mediação	152
4.3.2 O Desafio da discriminação inconsciente na perspectiva de gênero	153

CAPÍTULO 5

CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA DA MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA APOIO ÀS GESTANTES E LACTANTES AGENTES PÚBLICAS NO LOCAL DE TRABALHO	155
5.1 Programa de capacitação para sensibilização de agentes públicos na promoção da cultura de mediação e apoio às gestantes e lactantes	155
5.1.1 Promovendo a mediação como cultura visando à capacitação de liderança para a revisão das relações entre Administração Pública e agentes públicos.....	159
5.1.2 Mudanças na cultura organizacional interna da Administração Pública pretendidas pelo “programa educação e liderança em transformação de conflitos”	164
5.1.2.1 Dimensão pedagógica.....	165
5.1.2.2 Dimensão política.....	168
5.1.2.3 Dimensão administrativa	170
5.1.2.4 Dimensão social.....	171
5.2 Protocolo administrativo interno para apoio a grávidas e lactantes baseado na cultura de mediação	174
5.2.1 Diagnosticar as necessidades específicas das servidoras gestantes e lactantes: hipóteses exemplificativas e soluções potenciais.....	181
5.2.2 Efetividade do treinamento na utilização do protocolo: impactos nas capacidades dos agentes públicos.....	183
5.3 Sistema de inclusão cidadã e soluções participativas	185
5.3.1 Utilização pontual da pessoa mediadora para a potencialização de espaços de diálogo	185
5.3.2 O impacto da escuta ativa e aberta para a criação de soluções potenciais	189
5.3.3 Expectativas para a promoção da cultura de mediação para as relações do Estado com o cidadão a partir da experiência interna de apoio às gestantes e Lactantes	192
CONCLUSÃO.....	195
REFERÊNCIAS.....	199